



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

**Luciana Rezende Campos
Oliveira**

Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, Departamento de Relações
Internacionais, Belo Horizonte – MG, Brazil
(lurcampos@gmail.com).

A academia de Relações Internacionais e a Reforma do Sistema ONU: o caso do Brasil

The International Relations Academy and the United Nations System Reform: the case of Brazil

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17015>

Meridiano 47, 17: e17015, 2016

Resumo

Este artigo apresenta como a academia de Relações Internacionais aborda o sistema ONU e sua reforma a partir da análise de publicações do campo. Identificaram-se tanto tendências mundiais, como a influência do Realismo e de temas relacionados a Segurança, quanto locais, como a influência da Política Externa Brasileira nas publicações nacionais sobre o tema.

Abstract

This article presents how International Relations Academy approaches the United Nations System and its reform through the analysis of publications in the field. Were identified both worldwide tendencies, such as the influence of Realism and of security-related themes, and local ones, such as the influence of Brazilian foreign policy in national publications on the matter.

Palavras-Chave: Relações Internacionais no Brasil; Organização das Nações Unidas; Reforma da Organização das Nações Unidas.

Keywords: International Relations in Brazil; United Nations Organization; United Nations reform.

Recebido em 30 de dezembro de 2015

Aprovado em 19 de abril de 2016

Introdução

A Cúpula Mundial de 2005 é um marco no debate quanto à promoção de uma ONU mais efetiva, eficiente e relevante, desencadeando correlações mais sistemáticas entre a ausência de coordenação entre suas múltiplas agências, programas e fundos e o seu papel na Política Internacional. Isso ensejou consenso entre os Estados membros sobre a necessidade de mudanças institucionais, mas o teor dessas mudanças tornou-se objeto de disputas. Apesar do amplo escopo de mudanças em discussão, o debate acadêmico, em especial no campo das Relações Internacionais,

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



está confinado a reflexões na margem, como a reforma do Conselho de Segurança (CS) – “cujo debate é provavelmente o mais circular, e a reforma a menos provável de ocorrer (Weiss e Wilkinson 2014, p. 26)”. Desse modo, esse artigo verificou se e como as propostas e as iniciativas de mudança em curso nas Nações Unidas são retratadas nas publicações do campo, o que revelou uma agenda restrita a mudanças institucionais associadas a temas de Segurança, em geral, e à Política Externa Brasileira, no caso particular da academia de Relações Internacionais local.¹

Partiu-se da hipótese de que, quando mudanças institucionais na e da ONU são objeto de pesquisa na academia de Relações Internacionais, há excessiva ênfase na reforma do CS. Isso pode ser relacionado não somente às tendências internacionais do campo – como a influência do Realismo e sua predileção por temas de Segurança –, mas também, no caso do Brasil, à agenda da PEB, que priorizou a busca de um assento permanente naquele órgão no marco temporal em tela. Isso se coaduna à ideia de que a agenda de pesquisa do campo das RI na periferia baseia-se em interesses políticos locais (Tickner e Wæver 2009), como os ditames de Política Externa, e enseja reflexões quanto à necessidade e ao potencial de se expandir o escopo dos estudos que abordam a ONU, em geral, e suas mudanças institucionais, em particular.

Recorreu-se, metodologicamente, à análise das principais publicações do campo. As tendências da produção mundial são verificadas mediante fontes secundárias, que apresentam dados quanto à recorrência do tema aqui abordado nas revistas internacionais. A pesquisa quanto às tendências da academia brasileira de Relações Internacionais foi realizada com fontes primárias, sendo classificado e verificado o conteúdo relacionado à ONU e à sua reforma em publicações de periódicos nacionais da área de Ciência Política e Relações Internacionais A1 do sistema *qualis* CAPES (Coordenação de Pessoal De Nível Superior). O recorte temporal escolhido é entre 2006-2014, período no qual, como já mencionado, o debate quanto à reforma adquiriu novo impulso após a cúpula Mundial de 2005 e levou à progressiva adoção de resoluções e de iniciativas com intuito de avançá-la. Uma vez elencadas as evidências decorrentes dessa coleta de dados, que indicou afluência de temas de Segurança e da PEB, buscou-se concluir o trabalho sugerindo uma nova e mais abrangente agenda de pesquisa.

A ONU e a sua reforma na academia de Relações Internacionais

Em 2015, a ONU completa 70 anos e, apesar disso, as reflexões teóricas a seu respeito são limitadas. Os dois campos que concentram estudos sobre a ONU, o de Relações Internacionais e o do Direito Internacional (DI), tradicionalmente a interpretam apenas como um espaço de interação entre Estados, onde eles manifestam suas preferências e assinam contratos. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, deu-se novo ímpeto a diversas áreas temáticas da governança global. Isso ensejou estudos mais plurais quanto ao Sistema ONU, despertando maior interesse por suas atividades internas, que, apesar disso, ainda são pouco teorizadas (Barnett e Finemore 2007).

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no painel 92 “A incorporação no Brasil de processos e agendas da Política Internacional” do 5º encontro da ABRI na Área Temática Instituições e Regimes Internacionais, sendo a atual versão resultado das reflexões ensejadas pelo debate naquela ocasião e na reuniões em que foi objeto de discussão do CEPDE (Centro de Estudos de Processos Decisórios <<http://cepderi.blogspot.com.br/>>).

A limitada teorização quanto ao funcionamento interno da ONU é evidenciado na produção acadêmica do campo.

Um bom indicador é o número de artigos publicados no principal periódico da subdisciplina, o *International Organization (IO)*, e no principal periódico de toda a disciplina, o *American Political Science Review (APSR)*. Riggs et al. (1970) identificaram 247 artigos no IO e 16 no APSR, entre 1950 e 1969, cujo principal tópico seja a investigação de algum aspecto da ONU. Nos anos 1970, 32 artigos sobre a ONU apareceram na IO e 4 na APSR. Entre 1980 e 2000 apenas 8 artigos que explicitamente investigavam a ONU foram publicados no IO, enquanto a APSR não publicou nenhum artigo em que a ONU é o principal tópico de investigação desde 1976, até a publicação do estudo Doyle e Sambanis (2000) sobre o efeito das operações de paz. Os anos 2000 viram um retorno de interesse quanto à ONU, especialmente quanto às suas funções de manutenção da paz e ao Conselho de Segurança (Voeten 2012, p. 1-2)².

A ONU, portanto, não é contemplada de forma abrangente e sistemática na agenda de pesquisa do campo. Isso pode ser relacionado às consequências epistemológicas do enfoque no Estado do campo de Relações Internacionais. Comunidades acadêmicas da disciplina ao redor do mundo compartilham uma mesma ontologia, que é baseada na centralidade do Estado e é expressa na internalização de conceitos da tradição realista, como poder, segurança e interesse nacional. Isso indica desafios epistemológicos do campo, já que essa centralidade ontológica do Estado impõe categorias analíticas mediante as quais o internacional é interpretado (Tickner e Wæver 2009, 334-335).

Essas tendências relacionam-se à função causal da ONU na Política Internacional. Diferentes teorias de Relações Internacionais interpretam distintos papéis desempenhados pela ONU nas RI, o que leva pesquisadores a identificarem efeitos diversos dessa organização. As tradições teóricas do campo permitem a classificação de pelo menos cinco papéis que a ONU pode desempenhar na política internacional: um agente encarregado de levar a cabo os interesses das grandes potências; um mecanismo para cooperação interestatal; um governador da sociedade de Estados; um construtor do mundo social; e um fórum de legitimação.³ Nas situações políticas reais, a ONU costuma, contudo, desempenhar mais de um desses papéis ao mesmo tempo (Barnett e Finemore 2007, p. 42-53).

Nessas interpretações, nota-se que o enfoque recai sobre os efeitos da ONU, sem que, muitas vezes, se atente para a dinâmica interna dessa organização e seu potencial explicativo. Há uma lacuna, portanto, de trabalhos que se dediquem mais detidamente à compreensão da sua dinâmica interna

2 A good indicator is the number of articles published in the primary sub-disciplinary journal, *International Organization (IO)*, as well as the primary journal for the entire discipline, the *American Political Science Review (APSR)*. Riggs et al. (1970) counted 247 articles in IO, and 16 in APSR from 1950 to 1969 whose main topic was an investigation of some aspect of the UN. In the 1970s, 32 articles on the UN appeared in IO and 4 in the APSR. Between 1980 and 2000 only 8 articles that explicitly investigated the UN were published in IO whereas the APSR had not published an article with the UN as a main topic of investigation since 1976, until Doyle and Sambanis (2000) study of the effect of peacekeeping operations. The 2000s saw a returned interest in the UN, especially its peacekeeping functions and the Security Council (Voeten 2012, p. 1-2). Tradução nossa.

3 As interpretações são, respectivamente, do Realismo, do Racionalismo, da Escola Inglesa, do Construtivismo e, no caso da última perspectiva, seus defensores encontram-se em diferentes tradições, como em vertentes do realismo, do construtivismo e nas inspiradas por Gramsci (Barnett e Finemore 2013, p.43-52).

e seus efeitos externos, o que constitui promissora agenda de pesquisa tanto para reflexões teóricas quanto para pesquisas empíricas (Barnett e Finemore 2007, p. 52).

Nesse sentido, teorizações quanto às Nações Unidas avançaram no sentido de refinar a clássica divisão entre “primeira” e “segunda” ONU, respectivamente a arena decisória, composta por Estados e seus representantes, e o corpo burocrático, formado por servidores civis da organização (Claude 1956). Se as primeiras análises não indicavam a importância decisória da *Segunda ONU*, o recrudescimento das atividades das Nações Unidas na década de 1990 foi contexto precípuo para que certa margem de manobra lhe fosse reconhecida (Claude 1996).

A *Segunda ONU* foi abordada, principalmente, sob o paradigma do principal-agente, atentando-se para os limites da autonomia de ação dos servidores civis diante da delegação de poder por parte dos Estados membros (Claude 1996). O potencial explicativo dessa abordagem é limitado, porém, para compreender cadeias de comando tão complexas quanto às do Sistema ONU e as das inúmeras partes que a compõem, já que ela não nos informa suficientemente sobre as diferentes interações entre numerosos agentes e numerosos principais em momentos e contextos diversos (Weiss e Wilkinson 2014).

Recentemente, cunhou-se o termo *Terceira ONU* – composta por Organizações Não Governamentais (ONGs), especialistas independentes, consultores e ativistas (Weiss, Carayannis, e Jolly 2009) – que, apesar de não fazerem parte dela nem *de facto* nem *de jure*, formam redes que influenciam ideias, políticas e práticas da e na ONU. Este termo veio caracterizar interações *avant la lettre*, que emergiram naquela que se convencionou denominar de “Década das Conferências”, os anos de 1990. A *Terceira ONU* ganhou visibilidade e relevância diante das frustrações quanto à capacidade da ONU em realizar seu mandato, seja por críticas de cunho político, como as quanto à influência dos EUA na UNESCO, seja de cunho organizacional, como as quanto à falta de coesão e coerência entre os diversos atores do Sistema ONU.

Desse modo, a confiança crescente em atores da *Terceira ONU* deve-se à crença de que ela é mais eficiente por ser formada por atores supostamente descolados de vínculos políticos. Isso é identificado no progressivo aumento dos fundos disponíveis para financiar suas atividades, como no caso das ONGs. Essa percepção favorável principalmente às ONGs, contudo, não é baseada em evidências empíricas sobre sua maior efetividade, decorrendo mais de uma impressão do que de dados concretos (Nunnenkamp 2008).

Essa produção acadêmica foi subdividida em áreas temáticas que ganhavam espaço na agenda internacional (Weiss e Daws 2007), como o meio ambiente e os Direitos Humanos, o que fez com que, muitas vezes, apenas as instâncias da ONU diretamente relacionadas ao tema fossem referenciadas.

Nesse contexto, a ascensão de atores não estatais e o interesse em compreendê-los ensejou a proliferação de análises que os tinham como objeto (Gordenker e Jonsson 2007), a ONU figurando como secundária. A atenção recaiu na institucionalização de comportamentos e no compartilhamento de normas que expressariam perspectivas comuns de diversos atores. Isso propiciou maior conhecimento quanto à emergência e à transmissão de normas internacionais e o papel de OI nesse processo, mas não esclarece se e qual diferença elas realmente fazem (Weiss e Wilkinson 2014).

Isso indica que o interesse da academia sobre a ONU além de seguir tendências epistemológicas do campo – como a ênfase em temas de Segurança e na *Primeira ONU* – também acompanha aspectos conjunturais na definição de sua agenda de pesquisa, como o interesse nos atores não estatais e nos temas emergentes na agenda internacional no pós-Guerra Fria. Desse modo, a inserção da ONU na academia concentra-se na *Primeira ONU* e na *Terceira ONU*.

No debate quanto à reforma das Nações Unidas, é possível identificar a reprodução dessas tendências, a ênfase recaindo igualmente na *Primeira* e na *Terceira ONU*. Se por um lado, atenta-se para mudanças no CS e nas OMP, por outro lado, atenta-se para mudanças no papel a ser desempenhado por atores não estatais no seio da ONU, como nos debates da agenda para o Desenvolvimento pós-2015. Em ambos os casos, enfatiza-se a “democratização” da instituição, seja mediante modificações na composição e no funcionamento do CS, seja por meio da integração da sociedade civil nos seus processos decisórios.

O conhecimento produzido sobre o Sistema ONU é fragmentado e seu conteúdo trata predominantemente de temas de Segurança (Gordenker e Jonsson 2007), o que é refletido no debate quanto à sua reforma. Desse modo, demais aspectos da reforma do Sistema ONU têm o potencial de diversificar e de avançar a produção do campo. E no Brasil, como a ONU e sua reforma são estudadas no campo das RI? A próxima seção busca refletir sobre isso.

A ONU na academia de Relações Internacionais no Brasil: projeção internacional

Nessa seção do trabalho, será apresentada a pesquisa quanto ao Sistema ONU e sua reforma na academia brasileira de Relações Internacionais. Buscar-se-á verificar a hipótese da concentração temática em publicações que tratam do Sistema ONU em temas de Segurança *stricto sensu*⁴, o que inclui a preponderância nos debates sobre a reforma do CS. Foram analisadas publicações em periódicos. A do sistema *qualis* CAPES entre 2006 e 2014 (Quadro 1) e do periódico *Carta Internacional* (classificado como B1), dado sua filiação à Associação Brasileira de Relações Internacionais e sua linha editorial voltada à debates quanto ao campo no Brasil.

De um total de 1.1 mil artigos pesquisados foram identificados 57 que mencionavam significativamente a ONU. Foram identificadas publicações em que é possível verificar a problematização das normas, do funcionamento ou das atividades dos atores do Sistema ONU. O método foi analisar o título, as palavras-chaves e os resumos, mas, no caso de dúvidas, muito frequentes nas publicações sobre Regimes – nas quais programas, agências e fundos da ONU são citados de forma recorrente –, foi preciso percorrer o texto, sendo descartadas as que não continham observações sobre a dimensão institucional dessas partes constituintes do sistema ONU, já que só fazem referências à ONU de modo secundário em investigações que têm como objeto as diversas áreas temáticas que perpassam sua agenda. Primeiramente, foram analisadas publicações que problematizam de alguma forma a ONU, para depois identificarmos apenas aquelas cujo objeto da análise é a ONU (tabela 1).

4 *Stricto sensu* indica que o termo não detém o sentido alargado da Escola de Copenhague.

Quadro 1: Amostra da pesquisa de artigos científicos publicados em periódicos nacionais que abordam o Sistema ONU (2006-2014)

Periódico	ISSN	Volume/ número	Amostra de artigos analisados	Artigos identificados na amostra que abordam o Sistema ONU
Revista Brasileira de Política Internacional	0034-7329	Vol.49-57	213	10
Brazilian Political Science Review	1981-3821	Vol.06-08	33	2
Contexto Internacional	0102-8529	Vol.28-36	145	19
Estudos Avançados	1806-9592	Vol.20-28	326	9
Revista de Sociologia e Política	0104-4478	N.27- 52	319	8
Carta Internacional	1413-0904	Vol.06-09	64	9
Total			1.100	57

Fonte: elaborado pela autora com base na base na classificação do sistema *qualis* Capes de 2012 de periódicos do campo com classificação A1, além do Periódico ligado à Associação Brasileira de Relações Internacionais *Carta Internacional* (classificação B1).

Do total de publicações que tratam da ONU, sendo ela o próprio objeto de análise ou tema correlato ao objeto pesquisado – como em publicações focadas nos regimes internacionais –, mais de vinte por cento do total trata da temática de segurança (Tabela 1). Isso não inclui o conteúdo de Segurança das publicações classificadas como de Política Externa Brasileira (PEB), já que, nesses casos, o objeto de análise é o posicionamento e atuação do Brasil, sendo o enfoque a projeção nacional e não o debate quanto à estrutura institucional do e no “destino”.

Tabela 1: Classificação temática dos artigos que abordam o Sistema ONU identificados na amostra geral (2006-2014)

Classificação Temática	Temática principal das publicações que abordam a ONU	Publicações nas quais o Sistema ONU ou alguma de suas partes é o objeto da análise
Política Externa Brasileira	14	-
Segurança	12	11
Regime Meio Ambiente	8	1
Regime Financeiro Internacional	6	4
Regime Direitos Humanos	7	5
Regime Internacional de Comércio	3	2
Regime Não Proliferação	3	-
Regime de Saúde Global	1	1
Regime Internacional do Trabalho	1	1
Nações Unidas ⁵	1	1
Governança ⁶	1	-

Fonte: elaborado pela autora, baseado na amostra apresentada no quadro 1.

5 No tópico *Nações Unidas*, identifica-se o único artigo cujo conteúdo principal tratado refere-se à ONU como um todo: “Bem me queres, mal me queres: ambivalência discursiva na avaliação canônica do desempenho da ONU” (publicado na Revista de Sociologia Política em 2009, no vol.17, n.33, pp. 157-173), no qual os autores Carlos Frederico Gama e Dawisson Belém Lopes levantam a problemática da relevância das Nações Unidas e busca verificá-la empiricamente.

6 No tópico *Governança*, o artigo de Olivier Richmond “Para além da paz liberal? respostas ao “retrocesso”” (publicado no periódico Contexto Internacional em 2010 no vol. 32, n.2, pp. 297-332) também aborda o Sistema ONU com todo, mas seu enfoque é no papel deste na dinâmica mais ampla que levou à configuração do conceito de governança.

A alta incidência de temas de Segurança relaciona-se não somente às tendências epistemológicas mundiais do campo, mas também à tendência da academia brasileira em acompanhar as diretrizes de Política Externa. Ao analisar a academia de Relações Internacionais na América Latina, Tickner (2009) identifica a correlação entre a definição da sua agenda de pesquisa às demandas práticas locais, como as de Política Externa. Nas publicações analisadas, destacam-se temas relacionados aos objetivos da PEB, como a busca de um assento permanente no CS e como o envolvimento em Operações de Paz (OMP), em especial a MINUSTAH (Saraiva e Valença 2012).

Desse modo, o destaque de temas da PEB nas publicações nacionais (RAMOS 2013) também pode ser relacionado às publicações quanto à ONU, já que a abordagem do Sistema ONU pela academia brasileira associa-se às diretrizes de Política Externa do marco temporal em tela. Essa correlação entre as publicações nacionais que abordam a ONU e a PEB é verificada no montante que trata de áreas prioritárias da PEB na última década, como a reforma das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), o regime de Meio Ambiente (RMA) e as Operações de Paz (OMP). Apesar de essas publicações problematizarem a dimensão institucional interna, isso se limita ao fundo ou programa da ONU diretamente relacionada à área temática (Tabela 1).

Isso é especialmente evidente na literatura quanto a regimes, onde são mencionados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a Organização Mundial da Saúde (OMS); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

É evidente que a análise de cada área trabalhe com a estrutura normativa que lhe é diretamente associada, mas a análise do desempenho operacional dessas instituições não pode ser explicada somente por sua análise isolada, é necessário olhar a interação delas com os demais atores. Isso é realizado, contudo, concentrando-se na relação delas com atores estatais ou delas com ONGs, deixando-se de lado, em geral, a interação com os demais atores do Sistema ONU. O estudo dessas interações constitui importante oportunidade para se identificar potenciais de atuação coordenada e estratégica entre os diversos atores do sistema ONU. Desse modo, o estudo desse sistema é tão fragmentado quanto sua própria estrutura.

Até agora, consideramos todas as publicações da amostra que problematizam de alguma forma a dimensão interna do sistema ONU, nas quais preponderam as que problematizam regimes (primeira coluna da Tabela 1). Agora, separamos nessa amostra somente aquelas cujo objeto da pesquisa é o sistema ONU ou alguma de suas partes (segunda coluna da Tabela 1).

As publicações nacionais que têm como objeto de pesquisa a própria Nações Unidas ou os organismos que compõem o sistema ONU versam majoritariamente sobre temas de Segurança (Tabela 1), com destaque ao CS e às OMP, que totalizam 11 artigos do total de 26 identificadas. Nas que tratam de regimes e têm as instituições do sistema ONU como objetos destacam-se, mais uma vez, as associadas à PEB, como a OMC e a IFI, que contam com mais de uma publicação. A OIT, OMS e o ACNUR são objeto, cada uma, de uma única publicação, mas as publicações quanto a essas organizações são as

que mais se aprofundam, dentre as que tratam de regimes, quanto ao desenho institucional, à sua modernização e ao impacto desta.

O destaque conferido às OMP talvez possa ser explicado pelo fato delas conjugarem, por um lado, as tendências epistemológicas mundiais centradas em temas de Segurança *stricto sensu*, e, por outro lado, os interesses práticos nacionais, como as diretrizes da PEB, dado o envolvimento com a missão no Haiti. As publicações sobre OMP correspondem sozinha a 7 das 26 publicações que têm a ONU como objeto e mais da metade das que versam sobre a temática de Segurança, cujo restante concentra-se na tomada de decisão no CS.

Tendo em vista as consequências das tendências epistemológicas do campo, em especial o estado-centrismo debatido na primeira seção deste trabalho, é compreensível a ênfase da literatura de Relações Internacionais sobre a ONU em temas relacionados ao mandato do CS – crise política, ajuda humanitária e Operações de Paz – dado que é nesse órgão que a maioria das decisões vinculantes pode ser colocada em prática mediante medidas de força.

A sensibilidade do conteúdo tratado nesse órgão alimenta uma atenção contínua quanto ao seu funcionamento, o que se desdobra em constantes reflexões sobre a sua atuação, composição e potenciais mudanças. Isso, naturalmente, confere maior atenção à sua reforma do que a outras tentativas de modernização da ONU. A vigília de Estados que buscam ser integrados ao quadro de membros permanentes desse órgão, como no caso do Brasil e de seus companheiros do G-4, Alemanha, Índia e África do Sul, enfatiza essa tendência e alimenta a produção acadêmica local sobre o tema.

Desse modo, as publicações nacionais quanto à ONU tratam principalmente do CS, sendo a reforma desse órgão a que detém maior atenção do campo. Isso, contudo, não permitiu que identificássemos na amostra ao menos uma publicação cujo objeto é a dinâmica da reforma, mesmo que somente do CS, já que o enfoque dos artigos que tratam da temática recai no interesse brasileiro, no potencial de sucesso de sua proposta e suas implicações.

Conclusão

A ONU é estruturada de forma fragmentada, muitas de suas unidades componentes detendo autonomia *de facto* e culturas e procedimentos institucionais distintos. Disso resulta a duplicação e a sobreposição mandatos, a competição por fundos e a baixa capacidade de ação estratégica (AG resolução 62/277). Isso demanda a reflexão sobre essa estrutura institucional e suas consequências, o que, contudo, não encontra suficiente atenção da academia de Relações Internacionais nem no mundo nem no Brasil. A limitada atenção conferida à teorização do Sistema ONU pode ser relacionada às tendências ontológicas e epistêmicas estadocentricas do campo, somando-se a isso, no caso do Brasil, a influência de demandas práticas, como as prioridades da PEB, na determinação da agenda de pesquisa.

O enfoque prático da agenda de pesquisa priorizar reflexões conjunturais, em detrimento de ganhos analítico de teorizações mais amplas. Dado a complexidade e a dimensão das Nações Unidas, suas mudanças internas tendem a ocorrer de forma gradual, o que demanda esforços analíticos que

não se limitem a reflexões de conjunturas específicas. Desse modo, as demandas políticas incidem sobre como o debate quanto à reforma da ONU é inserido na agenda de pesquisa local, o que é explicitado na análise das publicações do campo e sua correlação com a Política Externa.

Sugere-se maior atenção à relação entre a forma em que as atividades do Sistema ONU são estruturadas, já que sua relevância e seu impacto na Política Internacional relacionam-se ao modo como ela se organiza e atua. Desse modo, abordar aspectos internos enseja ganhos analíticos, como a esclarecimento quanto à interação entre as diversas partes desse sistema e a entre elas e atores externos à sua estrutura.

A agenda de reforma lançada na Cúpula Global de 2005 sobre *coerência sistêmica* detém quatro *clusters*: governança, financiamento, harmonização de práticas de negócio e operacionalização. A perspectiva de reforma dos três primeiros clusters é normativa, sendo “de cima para baixo”. Já o último *cluster* a reforma é abordada “de baixo para cima”. Essa agenda oferece inúmeras possibilidades de observação e de teorização do Sistema das Nações Unidas, sendo importante o acompanhamento do seu potencial e limites. A iniciativa do *cluster* operacional *Delivering as One*, inicialmente adotada apenas por 7 países pilotos, avançou e, hoje, engaja 51 países (2015)⁷, exemplificando temas quanto à reforma da ONU que demandam maior atenção do campo.

Bibliografia

- BARNETT, Michael e FINNEMORE, Martha. “Political Approaches”. In *The Oxford Handbook on the United Nations*, edited by Thomas Weiss and Sam Daws, 41-58, New York: Oxford University Press, 2007.
- GORDENKER, Leon e JONSSON, Christer. “Evolution in knowledge”. In *The Oxford Handbook on the United Nations*, edited by Thomas Weiss and Sam Daws, 82-94, New York: Oxford University Press, 2007.
- CLAUDE, Inis L. Jr. *Swords Into Plowshares: The Problems and Prospects of International Organization*. New York: Random House, 1956.
- CLAUDE, Inis L. Jr. “Peace and Security: Prospective Roles For the Two United Nations”. *Global Governance* 2, no. 3 (1996): 289-298.
- NUNNENKAMP, Peter. “Aid Effectiveness: The Myth of NGO Superiority”. *Global Policy Forum*, 2008. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/177/31624.html>>. (Acesso 15 de Abril de 2014).
- RAMOS, Leonardo César Souza. “Teoria e Epistemologia nas Relações Internacionais Hoje”. 4º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=872>. (Acesso 20 Abril de 2014).

7 Lista completa disponível em <https://undg.org/wp-content/uploads/2014/11/Delivering-as-One-countries_Oct-2015.pdf>. Acesso em 15/03/2016.

- SARAIVA, Miriam Gomes e VALENÇA, Marcelo M. “A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade”. *Artigos 2012* vol. 1, ano VII: 03-28. Disponível em <http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf>. (Acesso 20 de Abril de 2014).
- TICKNER, Arlene B. “Core, periphery and (neo) imperialist International Relations”, In *International Relations Scholarship Around The World*, edited by Ole Wæver and Arlene Tickner, 627-646, London: Routledge, 2009.
- WAEVER, Ole e TICKENER, Arlene B. “Introduction: Geocultural Epistemologies”, In *International Relations Scholarship Around The World*, edited by Ole Wæver and Arlene Tickner, 1-31, London: Routledge, 2009.
- VOETEN, Erik.” Data and Analyses of Voting in the UN General Assembly”. Washington, DC: Georgetown University, typescript. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2111149>. (Acesso 10 de Maio de 2014).
- WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. “World Politics: Continuity and change since 1945” In *The Oxford Handbook on the United Nations*, edited by Thomas Weiss and Sam Daws, 41-58, New York: Oxford University Press, 2007.
- WEISS, Thomas G.; CARAYANNIS, Tatiana; JOLLY, Richard (2009). “The Third UN”. *Global Governance* 14 no. I (2009): 123-142.
- WEISS, Thomas G.. *What’s Wrong with the United Nations and How to Fix It*. 2ª Ed. Cambridge: Polity Press, 2013.
- WEISS, Thomas G; WILKINSON, Rorden. “Global Governance to the Rescue: Saving International Relations?” *Global Governance* 20, no. 1 (2014): 19-36.
- Assembleia Geral das Nações Unidas, 2008. Resolução A- 62/277. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/62/277>. (Acesso 04 de Abril de 2014).